

ATUAÇÃO: IMPORTANTES TEMAS PARA A SOCIEDADE

ATUAÇÃO: IMPORTANT ISSUES FOR SOCIETY

A *Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense*, neste trigésimo quarto número do volume 16, traz 12 artigos que abordam diferentes áreas de atuação do Ministério Público. Entre eles, há 8 artigos que foram desenvolvidos no âmbito do Curso de Pós-Graduação na Carreira do Ministério Público promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Santa Catarina.

Esta edição abre com o artigo de **Fabrizio Pinto Weiblen** e **Roberto Di Sena Junior**, que trazem o trabalho “O desempenho dos atores processuais nas ações de improbidade administrativa: uma análise empírica das decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina”. Os autores realizaram um estudo empírico quantitativo sobre decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no âmbito da improbidade administrativa nos anos de 2018 a 2020, a fim de inferir, a partir dos dados coletados, os níveis de efetividade dos réus e do Ministério Público no mérito das ações ajuizadas. No artigo, os autores buscam identificar o nível de sucesso das ações e dos recursos porventura manejados, a fim de explicitar possíveis práticas temerárias no processo e traçar um panorama da previsibilidade das decisões judiciais.

Ainda na área da moralidade administrativa, no trabalho intitulado “Moralidade administrativa, um conceito obscuro”, **Leonardo Simchen Trevisan** explora a origem e o desenvolvimento do conceito e realiza uma interpretação crítica da Lei n. 8.429/92, contribuindo efetivamente para seu entendimento.

Na área do direito penal tributário, o trabalho “Apropriação indébita tributária: os argumentos expostos no Recurso em Habeas Corpus n. 163.334/SC em face do Recurso Extraordinário n. 574.706/PR”, de **Guilherme Luiz Dutra**, discute a apropriação indevida de ICMS por empresas. O autor expõe com clareza a tese em favor da criminalização dessa conduta.

O direito criminal é representado por meio de 5 trabalhos. Em “O garantismo penal à luz do princípio da proteção deficiente: aspectos sobre a ausência de compromisso com a verdade no sistema penal brasileiro”, **Caroline Regina Maresch** problematiza o “direito de perjúrio” do acusado durante o processo penal, fator que desequilibra o melhor esclarecimento dos fatos e da instrução

processual. A autora defende medidas a serem tomadas pelo Estado para que se iniba o abuso do direito de não dizer a verdade em juízo.

Em “Os limites subjetivos da determinação de reparação do dano na sentença penal condenatória”, de **Saulo Henrique Alessio Cesa**, explora um tema de grande relevância, com um ponto de vista inovador. Por meio de uma argumentação robusta e clara, o autor defende a responsabilização por danos a terceiros na esfera penal.

Victor Abras Siqueira, no trabalho intitulado “(Im)possibilidade de concessão do efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito fora das hipóteses previstas no artigo 584 do Código de Processo Penal”, defende uma tese que respalda uma atuação mais robusta do Ministério Público no reestabelecimento da garantia da ordem pública por meio da efetivação de prisões preventivas. O autor estabelece uma importante distinção entre o efeito suspensivo previsto em lei e o efeito suspensivo “concedido pelo juízo”, este último podendo ser utilizado diante da gravidade de casos concretos ou da periculosidade de integrantes de organizações criminosas.

Karen Damian Pacheco Pinto apresenta o trabalho “Não foi por amor: a necessidade de compreensão e de investigação do feminicídio sob a perspectiva de gênero”. A autora demonstra que os crimes praticados com motivação de gênero precisam de investigação específica, a fim de desvelar suas reais circunstâncias, baseada na análise de 23 inquéritos de feminicídios consumados no Oeste de Santa Catarina. A pesquisa demonstra, entre outros pontos, que o sistema de proteção está longe da efetividade desejada, apontando elementos importantes para a elaboração de políticas públicas mais efetivas.

No artigo “A (in)efetividade do artigo 41 da Lei Maria da Penha sob o viés de proteção da mulher em situação de violência”, **Rene José Anderle** discute um ponto de muita polêmica, mas que demonstra uma fragilidade da principal lei de proteção a mulheres vítimas de violência no Brasil. O autor defende que a vedação de pagamento de cestas básicas, pela Lei Maria da Penha, embora tivera uma razão pedagógica e moral correta no contexto em que foi criada, passados os anos, tem demonstrado que o regime aberto meramente tem sido uma pena mais branda para o réu, que, por sua vez, também não beneficia a vítima.

No artigo “Extensão da estratégia saúde da família ao atendimento de idosos acolhidos em instituições de longa permanência públicas e privadas regula-

rizadas perante o Conselho Municipal de Direitos dos Idosos: análise casuística e fundamentação jurídica para a atuação coletiva do Ministério Público”, **Luan de Moraes Melo** parte da observação de uma falha na estratégia saúde da família, ao não incluir o atendimento a instituições de longa permanência de idosos como seu público-alvo. O estudo se baseia na análise de um caso ocorrido em um município catarinense, com intervenção do Ministério Público estadual, e merece ser replicado em outras comarcas, a fim de melhor atender idosos acolhidos nesse tipo de instituição.

A área do direito da Infância e Adolescência é contemplada com 2 trabalhos nesta edição. O artigo “A adoção intuitu personae e possíveis medidas para combatê-la”, de **Fernanda Morales Justino**, discute o importante tema da adoção direta, cujo enfrentamento precisa ultrapassar percepções simplistas de que este é um ato altruísta e bem-intencionado. A autora traz uma proposta, para esses casos, de reparação ao dano causado ao sistema de adoção e à sociedade, visando desestimular essa prática que é tão naturalizada na sociedade brasileira.

Cristina Okuma, Daniela Bonassa, Gabriel Cortez e Clarissa Massi debatem um tema importante, que rotineiramente vem à tona, que é a redução da maioria penal, abordando não apenas a legislação brasileira, como também as funções do Ministério Público na tutela dos direitos das crianças e dos adolescentes, no texto “O princípio do peculiar estado da pessoa em desenvolvimento e o caráter pedagógico das medidas socioeducativas em face da redução da maioria penal”.

Por fim, na seara do direito processual civil, o artigo “Ação rescisória por violação a precedentes: análise a partir do princípio da segurança jurídica”, de **Sérgio Antônio Ferreira Victor e Antônio Pedro Machado** coteja diferentes posições a respeito do cabimento da ação rescisória com base na violação de precedentes, um tema atual e relevante. Vale a leitura, sem dúvidas, uma vez que a adequada compreensão das questões mais complexas de Processo Civil é fundamental para a melhor atuação dos membros do Ministério Público em diversas áreas.

A *Atuação* é grata pelo importante trabalho de todos os envolvidos nesta edição. Agradecemos o prestígio e a confiança em nós depositada aos autores que escolhem nosso periódico para submeter seus trabalhos. Aos pareceristas

(listados abaixo), que gentilmente cedem dois dos maiores bens que podemos ter na vida – tempo e conhecimento – não há palavras que expressem suficientemente nossa gratidão. À equipe editorial, que revisa, entra em contato, padroniza e faz toda a revista acontecer com a expectativa de corresponder à confiança em nosso periódico, nosso muito obrigado. E, é claro, aos leitores, sem os quais a *Atuação* não teria sentido. Desejamos uma boa leitura!

Marcionei Mendes
Promotor de Justiça
Editor-responsável

Pareceristas que atuaram no volume 16, número 34, de junho de 2021

Alexandre Carrinho Muniz (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Andreas Eisele (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Chimelly Louise de Resenes Marcon (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Cláudio Smirne Diniz (Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR)
Cyro Jacometti Silva (Tribunal de Justiça do Paraná – TJPR)
Eduardo Sens (Ministério Público de Santa Catarina – MPPR)
Emerson Gabardo (Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR)
Fábio Fernandes de Oliveira Lyrio (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Francieli Puntel Raminelli (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)
Gilberto Callado de Oliveira (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Helen Crystine Sanches (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
João Luiz Carvalho Botega (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Jorge Eduardo Hoffmann (Ministério Público de Santa Catarina – MPSC)
Leonardo Simchen Trevisan (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)
Luciano de Almeida Lima (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI)
Marcelo Bezerra Ribeiro (Universidade Estácio de Sá – UNESA)
Marcos Augusto Perez (Universidade de São Paulo – USP)
Mauricio Mesurini da Costa (Faculdade Cenecista de Joinville)
Ricardo Schneider Rodrigues (Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas – MPC-AL)
Wallace Paiva Martins Junior (Universidade Católica de Santos – UNISANTOS)